

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.624.865 - SP (2019/0348674-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : AMANDA CRISTINA SILVA FABIANO
AGRAVANTE : L S F (MENOR)
AGRAVANTE : T C S F - POR SI E REPRESENTANDO
ADVOGADO : DÉBORA PORTEL FURLAN REDÓ DE ALMEIDA - SP276410
AGRAVADO : GUIBON TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA
ADVOGADOS : AGNALDO JUAREZ DAMASCENO - PR018551
MARCOS ROBERTO BRIANEZI CAZON - PR038006
JULIANA LINHARES PEREIRA - PR040936
ADENILSON CARLOS MATOS COSTA - PR075817
THAYSA ANDRESSA RISSATO BORGES PITONI - PR078773
AGRAVADO : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
PROCURADOR : RODRIGO MANOEL CARLOS CILLA E OUTRO(S) - SP200103
AGRAVADO : ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A
ADVOGADOS : MARTA LARRABURE MEIRELLES - SP153258
MARIANA KALUDIN SARRO - SP312769
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : HUGO VECHIATO BETONI E OUTRO(S) - SP374112

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **AMANDA CRISTINA SILVA FABIANO E OUTROS**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 1181-1182, e-STJ):

ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAL E MORAL. Asserção de cerceamento de defesa afastada. Valor da causa que deve corresponder ao benefício patrimonial pretendido. Compreensão dos arts. 291 e 292 do CPC/2015. Motorista de caminhão que colide na traseira de veículo parado pela existência de outros automóveis envolvidos em colisão múltipla. Presunção de culpa do condutor do caminhão não afastada. Culpa configurada por violação ao artigo 29, II, do Código de Trânsito Brasileiro. Acidente em rodovia administrada pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER. Fumaça na pista. Responsabilidade objetiva da autarquia, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. Causa excludente da responsabilidade não evidenciada. Reparação dos danos causados aos apelados que não pode ser afastada. Fixação da pensão mensal em dois terços (2/3) da remuneração auferida pela vítima, acrescida de décimo terceiro salário, por se presumir que um terço (1/3) seria destinada à sua própria subsistência, caso viva estivesse. Pensão devida à viúva até a data em que a vítima completaria setenta e um (71) anos de idade, por ser esta a expectativa média de vida do brasileiro calculada pelo IBGE e admitida pelos pretórios e, em relação aos dois filhos da vítima, até os seus vinte e cinco (25) anos de idade. Constituição de capital que encontra amparo no artigo 533 do CPC/2015 e

na Súmula 313 do C. STJ. Juros moratórios que incide a contar do vencimento de cada parcela. Dano moral configurado no caso que torna devida a indenização fixada a este título, cujo valor arbitrado de forma excessiva autoriza a sua minoração. Correção monetária que deverá incidir a contar do arbitramento. Encargos moratórios que devem obedecer o previsto no art. 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009. Precedente do C. STF Tema nº 810. É cabível a compensação de indenização do seguro DPVAT com os valores da condenação, desde que comprovado que houve o recebimento pela vítima, o que deverá ser verificado na fase de cumprimento do julgado. Compreensão da Súmula 246 do STJ. Ausência de interesse recursal quanto ao tema pertinente à verba honorária da lide secundária. Recursos - do corréu DER e da corré Guibon - parcialmente providos. Recurso da seguradora litisdenunciada conhecido em parte e, nesta, provido parcialmente.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (fls. 1261-1290, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 1582-1597, e-STJ), os insurgentes alegam, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao artigo 944 do Código Civil.

Sustentam, em síntese, que o valor arbitrado para a indenização por danos morais é irrisório e contraria os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Contrarrazões às fls. 1724-1764 e 1766-1773, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 1790-1792, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 1797-1818, e-STJ), em que os recorrentes impugnam a decisão agravada.

Contraminuta às fls. 1822-1830, 1832-1834 e 1836-1853, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Os insurgentes alegam violação ao artigo 944 do Código Civil, sustentando que o valor arbitrado para a indenização por danos morais é irrisório e contraria os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Apontam a existência de dissídio jurisprudencial.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 1195-1196, e-STJ):

O dever de indenizar visa recuperar ou perenizar o equilíbrio e a harmonia. Todavia a dificuldade para se dimensionar a indenização por dano moral é tarefa árdua, em razão da inexistência de parâmetros seguros e previamente definidos.

No que concerne ao *quantum*, de se observar que a indenização deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, devendo o arbitramento operar com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, orientando-se o Juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso.

Sobre o tema, merece transcrição a lição de Carlos Alberto Bittar: “*Em consonância com essa diretriz, a indenização por danos morais deve*

traduzir-se em montante que represente advertência ao lesante e à sociedade de que não se aceita o comportamento assumido, ou o evento lesivo advindo. Consubstancia-se, portanto, em importância compatível com o vulto dos interesses e conflito, refletindo-se, de modo expressivo, no patrimônio do lesante, a fim de que sinta, efetivamente, a resposta da ordem jurídica aos efeitos do resultado lesivo produzido. Deve, pois, ser quantia economicamente significativa, em razão das potencialidades do patrimônio do lesante”.

Destarte, o **quantum indenizatório estabelecido, qual seja, R\$477.000,00 (quatrocentos e setenta e sete mil reais), deve ser reduzido para o valor de R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), por se afigurar condizente com as atribuições impostas aos apelados, não implicando tal montante em enriquecimento sem causa e não sendo tampouco inexpressivo, a ponto de não atender o caráter repressivo e pedagógico próprio da indenização por dano moral.** [grifou-se]

Com efeito, no que se refere ao pleito de majoração da verba indenizatória, não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema da fixação da indenização, uma vez que não existem critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, reiteradamente tem-se pronunciado esta Corte no sentido de que a reparação do dano deve ser fixada em montante que desestime o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido.

Com a apreciação reiterada de casos dessa natureza, concluiu-se que a intervenção desta Corte ficaria limitada aos casos em que o *quantum* fosse irrisório ou exagerado, diante do quadro fático delimitado em primeiro e segundo graus de jurisdição.

Na espécie, diante das peculiaridades do caso concreto, o Tribunal *a quo* considerou necessária a redução do valor arbitrado na sentença, fixando o montante em R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), destacando que referido valor se afigura condizente com as atribuições impostas aos apelados, não implicando tal montante enriquecimento sem causa e não sendo tampouco inexpressivo (fl. 1196, e-STJ).

Para formar seu convencimento, o órgão julgador valeu-se do exame das circunstâncias fáticas do caso em análise, e para alterar tal entendimento, notadamente considerando que a quantia estipulada não se mostra irrisória, necessário seria o revolvimento do material probatório, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do STJ.

A propósito, precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REVISÃO DO VALOR. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente. 2. **No tocante ao valor da indenização por danos morais, nos termos da jurisprudência deste Tribunal, o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos**

padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. Dessa forma, não se mostra desproporcional a fixação em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a título de reparação moral decorrente de acidente de trânsito que resultou na morte do marido e pai das autoras, considerando as peculiaridades do caso concreto, de modo que a sua revisão encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1533905/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2020, DJe 11/02/2020)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. TRAVESSIA EM FAIXA DE PEDESTRE. ATROPELAMENTO, COM MORTE DA GENITORA DOS AUTORES. DANOS MORAIS. DEVER DE INDENIZAR. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. PRETENDIDA REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. INVIABILIDADE, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015. II. Na origem, trata-se de Ação de Indenização, ajuizada pela parte agravada em face de Antonio Aparecido Luz e Município de Garça, objetivando a condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, em virtude de acidente causado por veículo do ente público, que resultou no falecimento da mãe dos autores. **A sentença julgou procedente, em parte, o pedido, a fim de condenar os réus ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 88.000,00. O acórdão do Tribunal de origem reformou parcialmente a sentença, para majorar o valor da indenização por danos morais para R\$ 120.000,00.** III. O entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, no sentido de que restou demonstrada a culpa do condutor do veículo do Município-réu, não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ. IV. No que tange ao quantum indenizatório, "a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a revisão dos valores fixados a título de danos morais somente é possível quando exorbitante ou insignificante, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não é o caso dos autos. A verificação da razoabilidade do quantum indenizatório esbarra no óbice da Súmula 7/STJ" (STJ, AgInt no AREsp 927.090/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/11/2016). No caso, o Tribunal de origem, à luz das provas dos autos e em vista das circunstâncias fáticas do caso, majorou o valor da indenização por danos morais para R\$ 120.000,000, "levando-se em consideração as circunstâncias do caso concreto, com as repercussões pessoais e sociais, os inconvenientes naturais suportados pelos autores e seu nível socioeconômico", quantum que não se mostra exorbitante, diante das peculiaridades da causa, expostas no acórdão recorrido. V. As razões que inviabilizaram o conhecimento do Recurso Especial, pela alínea a,

Superior Tribunal de Justiça

servem de justificativa para o seu não conhecimento, pela alínea c do permissivo constitucional. VI. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1509452/SP, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2019, DJe 12/12/2019)

Assim, uma vez não demonstrada a excepcionalidade capaz de ensejar revisão pelo STJ do valor arbitrado a título de danos morais, o conhecimento do apelo extremo implicaria reexame de questões fático-probatórias presentes nos autos, providência inviável a teor do que dispõe o enunciado da Súmula 7 desta Corte.

Registra-se, por fim, que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea *a* quanto pela alínea *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Precedentes: AgRg no AREsp 646.141/ES, Relator o Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10.3.2015, DJe 13.3.2015; REsp n. 765.505/SC; Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7.3.2006, DJ 20.3.2006; REsp 1011849/RS, Relator o Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 23.6.2009, DJe 3.8.2009.

2. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator